

Tradições Oraís

Erin Hanson

Tradução: Paulo Bocca Nunes

Introdução

Os Anciãos serviriam de pinos mnemônicos uns aos outros. Eles estarão falando individualmente ininterruptamente em um círculo um após o outro. Quando cada Elder falou, eles estavam conscientes de que outras pessoas idosas serviriam de "revisor de pares" [e, portanto, não se aprofundaram em assuntos que seriam questionáveis. Eles brincavam um com o outro e contaram histórias, algumas verdadeiras e algumas um pouco exageradas, mas no final o resultado foi uma memória coletiva. Essa é a parte que é emocionante porque, quando cada Elder chegou, eles trouxeram com eles um pedaço do enigma do conhecimento. Eles tiveram que voltar para os ensinamentos de seus pais, avós e até mesmo bisavós. Esses ensinamentos foram compartilhados no círculo e isso constituiu um reconhecimento da memória coletiva e do conhecimento. No final, os Anciãos deixaram com um conhecimento construído pela coletividade.

Stephen J. Augustine,
Chefe Hereditário e Keptin do Grande Conselho Mi'kmaq¹

Ao longo da história, as sociedades aborígenes na América do Norte basearam-se na transmissão oral de contos, histórias, lições e outros conhecimentos para manter um registro histórico e sustentar suas culturas e identidades. De acordo com os estudiosos Renée Hulan e Renate Eigenbrod, as tradições orais são “o meio pelo qual o conhecimento é reproduzido, preservado e transmitido de geração em geração. As tradições orais constituem o alicerce das sociedades aborígenes, conectando orador e ouvinte na experiência comunal e unindo o passado e o presente na memória”².

O discurso ocidental chegou a priorizar a palavra escrita como a forma dominante de manter registros e, até recentemente, os ocidentais geralmente consideravam que as sociedades orais eram povos sem história. Isso não poderia estar mais longe da verdade. As sociedades orais registram e documentam suas histórias de maneiras complexas e sofisticadas, incluindo práticas performativas, como dança e sons de tambores. Embora a maioria das sociedades orais, aborígenes ou não, tenham adotado a palavra escrita como ferramenta de documentação, expressão e comunicação, muitos ainda dependem das tradições orais e valorizam grandemente a transmissão oral do conhecimento como um aspecto intrínseco de suas culturas e sociedades.

No entanto, as discussões sobre a história oral ocasionalmente foram enquadradas em posições opostas simplistas: orais/escritos, não-civilizados/civilizados, subjetivos/objetivos. Os críticos cautelosos com a

Título original: Oral traditions

Autor: Erin Hanson.

In.: Indigenous Foundations

Disponível em

<http://indigenousfoundations.arts.ubc.ca/home/culture/oral-traditions.html>

Acesso em 27 de maio de 2016.

Tradução: Paulo Bocca Nunes

(escritor, contador de histórias, professor de Língua Portuguesa, Mestre em Letras Cultura e Regionalidade. Mais informações em www.pauloboccanunes.com).

OBSERVAÇÕES

1. O texto foi encontrado na internet e traduzido sem fins lucrativos.
2. O único objetivo de traduzir o texto é disponibilizá-lo em língua portuguesa e, dessa forma, compartilhar o conhecimento sobre o tema ou assunto para pessoas que tenham interesse.
3. Os Artigos Traduzidos não fazem parte de uma revista eletrônica, nem possui ISBN. Trata-se apenas de uma forma de identificar o seu objeto de texto.
4. A autoria do texto original, em inglês ou espanhol, será preservada bem como a identificação do site em que foi encontrado o texto.
5. Não nos responsabilizamos caso o artigo original ficar indisponível no endereço eletrônico que indicamos. Essa possibilidade pode ocorrer e isso foge da nossa competência.
6. Buscou-se fazer uma tradução a mais próxima possível do texto original, sem fazer adaptações.
7. Quando houver necessidade de esclarecimentos em alguma parte do texto, haverá anotações de rodapé com a observação (N.T.), creditada ao tradutor.
8. Solicita-se que, caso for usado este artigo para qualquer fim, sejam feitas as referências ao autor do texto original, o título original, bem como ao tradutor e o endereço eletrônico em que estará disponibilizado tanto o texto original quanto o texto traduzido.

ESCLARECIMENTO DE TRADUÇÃO

1. Optamos por traduzir a palavra "storytelling" para "contação de histórias" para sugerir a ideia de contar uma história usando palavras faladas de forma performativa, ou em caso de contar através de linguagem de sinais ao vivo que por si só já é performativa. Também pelo fato de nos referirmos a "contador(a) de histórias" (storyteller) como aquela pessoa que se dedica à "contação de histórias".
2. Em alguns textos, há expressões que traduzidas ficam: "narrativas orais", "narradores orais", "tradições orais" ou qualquer outra expressão que esteja relacionada a esse tema. A tradução será de acordo com o contexto.

história oral tendem a enquadrar a história oral como subjetivos e tendenciosos, em comparação com a presumida racionalidade e objetividade da escrita. Nos contextos ocidentais, os autores de documentos escritos tendem a ser recebidos automaticamente à medida que as autoridades em seus assuntos e o que é escrito é tomado como fato. Tais suposições ignoram o fato de que os autores de documentos escritos trazem suas próprias experiências, agendas e preconceitos para o seu trabalho – isto é, são subjetivos.

Em última análise, a divisão entre a história oral e escrita é um equívoco. A escrita e a oralidade não se excluem, mas sim se completam. Cada método possui pontos fortes que dependem em grande parte das situações em que é usado. Eles também mostram semelhanças. Como o historiador de Stó: lō Naxaxahłts'i (Albert "Sonny" McHalsie) diz: "O mundo acadêmico e o processo de história oral compartilham um importante princípio comum: Eles contribuem para o conhecimento, construindo sobre o que é conhecido e lembrando que a aprendizagem é uma missão de toda a vida". Juntos, os métodos orais e escritos de recordar e relatar o passado têm o potencial de contribuir muito com o histórico³. Desde meados do século XX, particularmente devido ao crescente interesse pelas histórias de grupos marginalizados como afro-americanos, mulheres e a classe trabalhadora, o discurso acadêmico ocidental aceitou cada vez mais a história oral como uma adição legítima e valiosa ao registro histórico⁴.

Primeiras Nações como sociedades orais

Os sistemas de conhecimento orais são predominantes entre as primeiras Nações. As histórias são frequentemente ditas como entretenimento noturno familiar para transmitir o conhecimento local ou familiar. As histórias também são ditas de forma mais formal, em cerimônias como *potlatches*, para validar a autoridade, responsabilidades ou prestígio de uma pessoa ou família⁵.

Algumas histórias são contadas somente durante certas estações, em uma determinada hora do dia ou em locais específicos. Na mesma forma, algumas histórias devem ser ouvidas apenas por pessoas específicas⁶. Essas histórias muitas vezes ensinam lições importantes sobre a cultura de uma determinada sociedade, a terra e as maneiras pelas quais os membros devem interagir uns com os outros e seu ambiente. A transmissão dessas histórias de geração em geração mantém a ordem social intacta. Como tal, as histórias orais devem ser contadas com cuidado e precisão, muitas vezes por uma pessoa designada que é reconhecida como guardando esse conhecimento. Essa pessoa é responsável por manter o conhecimento e eventualmente transmiti-lo para preservar o histórico.

Não obstante a importância dada à precisão, as narrativas orais geralmente apresentam variações – sutis ou não – cada vez que são contadas. Os narradores podem ajustar uma história para colocá-la em um contexto, enfatizar aspectos específicos da história ou apresentar uma lição sob uma nova luz, entre outras razões. Através de vários conteúdos, uma história é desenvolvida, criando uma ampla e mais compreensiva narrativa. Se os ouvintes relatarem a narrativa em outro lugar, eles provavelmente a alterariam até certo ponto para refletir seus entendimentos de eventos e para melhor aplicar a história ao seu contexto atual. Em alguns casos, a precisão pode ser crucial: precisão e contextualização têm seu lugar nas sociedades orais⁷.

Ao contrário, a história escrita não apresenta um diálogo tanto quanto um registro estático de um relato singular de uma autoridade de uma série de eventos. Como leitores, podemos interpretar esses escritos, mas a própria escrita continua a ser a mesma. As narrativas orais, por outro lado, não precisam ser ditas exatamente da mesma maneira – o que é fundamental é se eles carregam ou não a mesma mensagem.

A tradição oral é, portanto, uma empresa coletiva. Um narrador, geralmente, não possui autoridade singular sobre uma história. As nuances evidentes em versões distintas de uma história específica representam uma compreensão mais ampla dos eventos e das várias maneiras pelas quais as pessoas as internalizaram. Muitas vezes, as histórias orais devem ser validadas pelo grupo. Isso decorre do princípio de que nenhuma pessoa pode reivindicar toda uma história oral. Os narradores também "documentarão" as histórias que eles contam, citando a fonte de seus conhecimentos, como um bispo ou um ancião. Isso às vezes é referido como "notas de rodapé orais"⁸. Essa responsabilidade e contribuição coletiva mantêm a precisão do registro histórico.

Outro elemento importante nas histórias orais aborígenes é o papel que a paisagem desempenha conectando histórias orais a experiências vividas. À medida que um indivíduo se move e experimenta a paisagem, as tradições orais informam suas respostas. No território Stó:lō, por exemplo, *Xe:xals* (o criador ou criadores) transformava em pedra qualquer pessoa que se comportasse mal, resultando em várias formações geológicas distintas em todo S'olh Temexw (ou território Stó:lō). *Xe:xals* também recompensou indivíduos que mostraram um comportamento exemplar transformando-os em recursos valiosos ou imortalizando-os em forma animal⁹. Ao encontrar esses pontos de referência, os indivíduos podem recordar as histórias e suas lições embutidas e podem obter informações sobre elas ao longo do tempo. As tradições orais criam um espaço para interagir com o meio ambiente, e para muitas pessoas das Primeiras Nações, a paisagem que mantém essas histórias torna-se uma ajuda para aprender suas histórias e um guia na tomada de decisões e resolução de problemas. Vários estudiosos exploraram em profundidade essas conexões integrais entre paisagens, pessoas e suas tradições orais¹⁰.

História oral e tradição oral

Alguns especialistas e estudiosos diferenciam a história oral e a tradição oral, mas alguns não. O antropólogo e historiador Jan Vansina distingue os dois da seguinte maneira¹¹:

As fontes dos historiadores orais são reminiscências, rumores ou testemunhas oculares sobre eventos e situações que são contemporâneas, ou seja, que ocorreu durante a vida dos informantes. Isso difere das tradições orais em que as tradições orais não são mais contemporâneas. Eles passaram de boca em boca, por um período além da vida dos informantes. . .

Vansina acrescenta que as tradições orais podem ser “faladas, cantadas ou chamadas apenas em instrumentos musicais” e, embora sejam passadas de uma geração ou mais, não são necessariamente sobre o passado nem são necessariamente narrativas¹². Vansina, no entanto, trabalhou principalmente com as sociedades orais na África. As formas em que as sociedades orais ao redor do mundo organizam e compreendem suas narrativas variam.

Isso inclui variação entre as historiografias das primeiras. Stephen J. Augustine da nação Mi'kmaq não discerne uma diferença entre a tradição oral e a história oral: “Quando considero a questão da diferença na minha própria língua Mi'kmaq, não consigo encontrar nenhuma diferença ou razão pela qual deve haver uma diferença entre a tradição oral e a história oral”¹³. Alguns estudiosos sugeriram que tirar histórias orais aborígenes de suas línguas nativas e ajustá-las a termos em inglês, como lendas, história ou história, e seus conceitos correspondentes, podem criar divisões artificiais¹⁴. O historiador Stó:lō¹⁵, Naxaxahlts'i, descreve alguns dos diferentes tipos de histórias como entendido pelo Stó:lō. Sxwóxwiyam refere-se às histórias de criação ou, como diz Naxaxahlts'i, “as histórias sobre quando Xexa:ls, viajaram para nossa terra para tornar o mundo certo”. Sqwelsqwel, por outro lado, refere-se à história da família ou “A verdade da família”¹⁶. Outros grupos aborígenes têm sua própria terminologia para tais narrativas.

O antropólogo Bruce Miller usa o termo *narrativas orais* para abranger todos esses significados e afastar da dicotomia tradição oral/história oral, que ele argumenta pode apresentar uma divisão falsa ou excessivamente simplista baseada em entendimentos ocidentais. Para Miller, ao aplicar o termo *narrativas orais*, os estudiosos podem ultrapassar o tratamento superficial das histórias orais e vê-las como histórias memorizadas e realizadas e exercícios intelectuais de historiografia oral informados pela agência dos historiadores orais¹⁷.

Registro de narrativas orais

A história oral tem sido cada vez mais reconhecida na academia como uma valiosa contribuição para o registro histórico. As entrevistas foram e são gravadas, transcritas, remetidas e analisadas. No entanto, o historiador oral Alessandro Portelli adverte que a transcrição não é a narrativa oral e não deve ser vista como tal. A transcrição, por sua própria natureza, deve obedecer às regras e regulamentos de sua linguagem escrita – sinais de pontuação, por exemplo, que dão uma sensação de como algo foi dito, mas não contabilizam o ritmo ou a melodia da voz ou as variações em dicção que enfatiza diferentes pontos ou sentimentos. Portelli acredita que

as narrativas transmitem o significado de que “só pode ser percebido pela escuta, não pela leitura”, e que simplesmente ler uma transcrição “aplanar o conteúdo emocional”¹⁸. Além disso, um documento escrito não permite nenhum feedback imediato – não há oportunidade para diálogo ou espontaneidade. As gravações de áudio ou audiovisuais podem apresentar problemas semelhantes – principalmente, que certos contextos podem não se traduzir.

Histórias orais aborígenes dentro de um contexto legal

Aconteceu em uma reunião entre uma comunidade indiana no noroeste da Colúmbia Britânica e alguns funcionários do governo. Os funcionários reivindicaram a terra para o governo. Os nativos ficaram surpresos com o pedido. Eles não podiam entender o que esses novos recém-chegados estavam falando. Finalmente, um dos anciãos colocou o que estava incomodando na forma de uma pergunta. "Se esta é a sua terra", ele perguntou, "onde estão suas histórias?"

J. Edward Chamberlin, *If This is Your Land, Where are Your Stories?*

O uso de histórias orais como evidência no tribunal de justiça tornou-se um tema de muita discussão e debate no Canadá. Talvez o exemplo mais famoso da história oral dentro de um contexto legal seja o caso da Suprema Corte provincial *Delgamuukw v. British Columbia*. Delgamuukw foi o primeiro caso em que o tribunal aceitou a história oral como prova, embora o juiz Allen McEachern tenha acabado por descartar essa evidência como não confiável.

Nessa instância judicial, os povos de Gitksan e Wet'suwet'en argumentaram que tinham título aborígene sobre as terras da Colúmbia Britânica que compõem seus territórios tradicionais. Para provar seu título, eles tinham que fornecer provas de que haviam ocupado seus territórios há milhares de anos. Sem documentos escritos para fazer seu caso, Gitksan e Wet'suwet'em, chefes hereditários, apresentaram suas histórias orais na forma de narrativas, danças, discursos e músicas.

O seu testemunho, no entanto, caiu em ouvidos surdos e, enquanto aceitou a sua história oral como prova, o juiz Allen McEachern concluiu que não tinha peso. Em sua decisão agora infame, ele concluiu que os antepassados de Gitksan e Wet'suwet'en eram “pessoas sem cultura”, que não tinham “língua escrita, nem cavalos nem veículos com rodas”¹⁹. Ele mesmo citou o filósofo do século XVII Thomas Hobbes para apoiar seus pontos de vista, chamando a vida dos antepassados de Gitksan e Wet'suwet'en “desagradável, brutal e breve”.

O caso não terminou lá. Em apelação, Gitksan e Wet'suwet'en ganharam uma vitória precedente para que a história oral fosse ponderada como evidência legal. O juiz principal Lamar do Supremo Tribunal do Canadá concluiu,

As leis da evidência devem ser adaptadas para que a evidência [oral] possa ser acomodada e colocada em pé de igualdade com os tipos de evidências históricas com as quais os tribunais estão familiarizados, o qual consistem principalmente em documentos históricos. . . . Para citar Dickson C.J., uma vez que a maioria das sociedades aborígenes “não mantiveram registros escritos”, a falta de fazê-lo “impõe um ônus de prova impossível” aos povos aborígenes e “tornará nula” os direitos que eles possuem (*Simon v. The Queen*, [1985] 2 SCR 387, na página 408). Este processo deve ser realizado numa base caso a caso.

Após *Delgamuukw*, vários casos judiciais têm cada vez mais definido de que modo interpretar as histórias orais como prova no tribunal. Em *Squamish Indian Band c. Canada* (2001 FCT 480) e *R. v. Ioneagle* (2000 2 CNLR 163), o tribunal aceitou as histórias orais como prova, mas estipulava que o peso atribuído às histórias orais deve ser determinado em relação a como elas são consideradas dentro de suas próprias sociedades. Em sua decisão, no caso de *Squamish*, a juíza Simpson também observou que talvez ela não tenha dado às histórias orais que foram apresentadas antes de seu muito peso se ela tivesse encontrado registros escritos que possuíssem a mesma informação que ela poderia usar como alternativa. Simpson observou ainda que as histórias orais eram “às vezes contraditórias”. O estudioso jurídico Drew Mildon usa a decisão de Simpson como um exemplo de como a “dúvida e ceticismo” de um juiz desafia a própria natureza da história oral: “[A prova oral] pode ser considerada inadmissível. . . . simplesmente porque há outras evidências disponíveis [para usar em vez disso]. Por fim, é caracterizado como contraditório (o que se supõe que nunca acontece na história escrita)”²⁰.

Em 2002, os Tsilhqot'in levaram a província da Colúmbia Britânica ao tribunal para afirmar o título de suas terras. O juiz David Vickers descobriu que as histórias orais apresentadas pelos membros da Nação Tsilhqot'in eram suficientes para provar seu título aborígine. Ele também rejeitou as alegações da Coroa de que a tradição oral não era confiável ou deveria ser medida em relação a documentos escritos, pois era igualmente impossível determinar a precisão das notas de campo históricas ou, mais especificamente, no caso de Tsilhqot'in, uma etnografia de 1900 sobre os “índios Chilcotin”²¹. Mais amplamente, Vickers observou que “o desrespeito aos povos aborígenes é um tema consistente nos documentos históricos”²².

Delgamuukw e casos judiciais subsequentes obrigaram os sistemas legais ocidentais a reconsiderar a validade das tradições orais aborígenes e sua importância e relevância em sociedades e culturas aborígenes. O sistema jurídico canadense começou a fazer ajustes para incorporar essa realidade, embora os tribunais ainda tenham lutado para considerar evidências que são de um contexto cultural diferente sem forçá-lo a um quadro ocidental. A recepção à história oral na corrente principal da sociedade canadense começou a crescer também. Como o professor de direito John Borrows sugere no título de seu artigo sobre o assunto, talvez os tribunais, bem como a sociedade dominante, agora estejam “ouvindo uma mudança”²³.

¹ Stephen J. Augustine, “Oral Histories and Oral Traditions,” in *Aboriginal Oral Traditions: Theory, Practice, Ethics*, ed. Renée Hulan and

Renate Eigenbrod (Halifax: Fernwood Publishing, 2008), 2–3.

² Hulan and Eigenbrod, 7.

³ Albert “Sonny” McHalsie (Naxaxalht'i), “Temos que cuidar de tudo o que nos pertence”, em *Be good Mind: Essays on the Coast Salish*, ed. Bruce Granville Miller (Vancouver: UBC Press, 2007), 82.

⁴ Robert Perks and Alistair Thomson, eds., *The Oral History Reader* (London: Routledge, 1998), ix–xiii.

⁵ Royal Commission on Aboriginal Peoples, *Report of the Royal Commission on Aboriginal Peoples*, vol. 1, *Looking Forward, Looking Back* (Ottawa: The Commission, 1996), 33.

⁶ Bruce Miller, personal correspondence with Erin Hanson, August 13, 2010.

⁷ John Borrows, “Listening for a Change: The Courts and Oral Tradition,” *Osgoode Hall Law Journal* 39, no. 1 (2001): 10.

⁸ Wendy C. Wickwire, “To See Ourselves as the Other’s Other: Nlaka’pamux Contact Narratives.” *Canadian Historical Review* 75, no. 1 (1994):19.

⁹ Keith Thor Carlson, ed., *A Stó:lō–Coast Salish Historical Atlas* (Vancouver: Douglas & McIntyre, 2001), 6.

¹⁰ Para explorações profundas das conexões entre paisagens, pessoas e suas tradições orais, veja, por exemplo, Keith Basso, *Wisdom Sits in Places* (Albuquerque: University of New Mexico Press, 1996) e Julie Cruikshank, *Do Glaciers Listen? Colonial Encounters and Social Imagination* (Vancouver: UBC Press, 2005). Veja nossa bibliografia, acima, para outros recursos relevantes.

¹¹ Jan Vansina, *Oral Tradition As History* (Madison: University of Wisconsin Press, 1985), 12–13.

¹² Ibid.

¹³ Augustine, 3.

¹⁴ Drew Milton, “A Bad Connection: First Nations’ Oral Evidence and the Listening Ear of the Courts,” in *Aboriginal Oral Traditions: Theory, Practice, Ethics*, 90.

¹⁵ Sto: lo, também escrito como Stó:lō, Stó:lô, ou Stó:lõ e historicamente, como Staulo ou Stahlo, também conhecido e comumente referido na literatura etnográfica como os Índios do Rio Fraser ou Salish do Baixo Rio Fraser, são um grupo de povos das Primeiras Nações que habita o Vale Fraser e o Canyon do Baixo Rio Fraser da Colúmbia Britânica, Canadá. *Stó: lō* é a palavra Halqemeylem para “rio”. O Stó: lō são pessoas do rio. A primeira referência historicamente documentada a essas pessoas como “Sto: lo” ocorre nos registros missionários oblatos católicos da década de 1880. Antes disso, as referências eram, principalmente, para grupos tribais individuais, como Matsqui, Ts’elxweyeqw ou Sumas. (N.T.)

¹⁶ McHalsie (Naxaxalhts’i), 92.

¹⁷ Veja, por exemplo, Bruce Miller, *Oral Narratives on Trial* (Vancouver: UBC Press, forthcoming.)

¹⁸ Alessandro Portelli, *What Makes Oral History Different*, em *The Oral History Reader*, 34.

¹⁹ Delgamuukw v. British Columbia [1997] 3 S.C.R. 1010, par. 13.

²⁰ *Ibid.*, par. 87.

²¹ Tsilhqot'in Nation v. British Columbia, 2007 BSCS 1700, par. 177, <http://www.courts.gov.bc.ca/Jdbtxt/SC/07/17/2007BCSC1700.pdf>.

²² *Ibid.*, par. 194.

²³ Borrows.